

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO CEARÁ - PROMOJUD
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 5248/OC-BR
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO CEARÁ - PROMOJUD
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 5248/OC-BR**

ÍNDICE

1. AUDITORIA DO PROJETO

- 1.1 - Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras
- 1.2 - Demonstrações de Fluxos de Caixa
- 1.3 - Demonstrações de Investimentos Acumulados
- 1.4 - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Básicas do Projeto

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO CEARÁ - PROMOJUD
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO N° 5248/OC-BR**

1. AUDITORIA DO PROJETO

1.1 – Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras

Matriz

São Paulo - SP

Rua Coronel Xavier de Toledo, 264 – 9º andar – Conj. 91
República – São Paulo – SP – CEP: 01.048-000
E-mail: loudonsp@loudon.com.br
Tel.: (11) 3104-8303/3101-7782
Fax: (11) 3104-3420

Filial

Rio de Janeiro - RJ

Av. Pres. Vargas, 509 – 3º andar – Centro
Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.071-003
E-mail: secretaria@loudon.com.br
Tel.: (21) 2509-8658
Fax: (21) 2242-7212

Escritório

Brasília - DF

SCS – Quadra 06 – Bl. A – Conj. 402
Edifício Carioca – Brasília – DF – CEP: 70.325-900
E-mail: projetos@loudon.com.br
Tel.: (61) 3225-0120 / 3963-0705

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE PROPOSITO ESPECIAL

Ao

Governo do Estado do Ceará

Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

FORTALEZA - CE

1. Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará - PROMOJUD**, financiado parcialmente com recursos do Contrato de Empréstimo N° 5248/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e com aportes do Governo do Estado do Ceará, que compreendem a demonstração de fluxos de caixa e a demonstração de investimentos acumulados, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, elaboradas pela Unidade de Gestão do Programa.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, o Fluxo de Caixa e os Investimentos Acumulados do **Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará - PROMOJUD**, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em conformidade com a norma contábil e as políticas contábeis descritas na nota explicativa **nº 2**.

2- Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), respectivamente e os requisitos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao projeto e ao Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, órgão executor, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e restrição sobre distribuição ou uso.

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve a base contábil de elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras elaboradas para auxiliar o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, através da Unidade Gestora do Programa, a demonstrar o cumprimento das cláusulas para elaboração de relatórios financeiros do empréstimo nº 5248/OC-BR. Consequentemente, esses demonstrativos podem não servir para outras finalidades. Nosso relatório destina-se exclusivamente para utilização e informação da administração do Programa, do Mutuário e do Banco.

4. Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração do projeto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com a base contábil de recebimentos e pagamentos (regime de caixa) descrita na nota explicativa nº 2, com os requerimentos estabelecidos na cláusula nº 7.01 das Normas Gerais do contrato de empréstimo nº 5248/OC-BR e na Guia de Gestão financeira para projetos financiados pelo BID. Isso inclui determinar que a base contábil de recebimentos e pagamentos é uma base aceitável para a elaboração da demonstração financeira nas circunstâncias, assim como pelos controles internos que a administração determinou serem necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Os responsáveis pela governança do projeto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

5. Responsabilidade dos auditores independentes

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de Auditoria e os requisitos específicos do Banco, sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nos referidos demonstrativos financeiros.

Como parte de uma auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Federação Internacional de Contadores (IFAC) respectivamente e requisitos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Prefeitura relacionados ao Programa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo da apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época dos trabalhos e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos

6- Outros assuntos

6.1- Outros requisitos legais e/ou regulatórios

Não foram observadas situações que indiquem descumprimento das cláusulas contratuais de caráter contábil, financeiro e gerencial do contrato de empréstimo N°. 5248/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento, durante o período submetido à nossa auditoria.

LOUDON BLOMQUIST
AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ-0064/F-8

Jorge Luiz Ferreira de Moraes
Contador
CRC-RJ 043.479/O-2

Fortaleza - CE,
25 de abril de 2023.

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO CEARÁ - PROMOJUD
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 5248/OC-BR**

AUDITORIA DO PROJETO

1.2 - Demonstração de Fluxos de Caixa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PROMOJUD

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Em 31 de dezembro de 2022
Em dólares americanos

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Em 31 de dezembro de 2022			
Em dólares americanos			
	2022		
	BID	LOCAL	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS			
Acumulado no início do exercício	0	0	0
Durante o exercício	5.644.917	2.026.379	7.671.296
+ Desembolso (Antecipação/Reembolso etc)	5.644.917	1.942.924	7.587.841
+ Rendimentos de aplicações financeiras	0	83.455	83.455
Total de Recursos Recebidos	5.644.917	2.026.379	7.671.296
DESEMBOLSOS EFETUADOS			
Acumulado no início do exercício	0	0	0
Durante o exercício	5.540.655	1.942.924	7.483.579
+ Justificativa de desembolso apresentada ao BID	3.877.446	1.058.030	4.935.476
+ Pagamentos pendentes de comprovação/justificativa	1.663.208	884.895	2.548.103
+ Saldo de Rendimentos transferido para Tesouro	0	0	0
Total Desembolsado	5.540.655	1.942.924	7.483.579
SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO EXERCÍCIO	104.262	83.455	187.717

As notas explicativas da Administração anexas são parte integrante das informações financeiras.

MATEUS SOARES
BEZERRA:05990404328
Assinado de forma digital por
MATEUS SOARES
BEZERRA:05990404328
Dados: 2023.04.25 09:14:38 -03'00'

Mateus Soares Bezerra
Coordenador Contábil e Financeiro do Programa

ROBERTA KELMA PEIXOTO DE
OLIVEIRA JUCA:83900560382
Assinado de forma digital por ROBERTA KELMA
PEIXOTO DE OLIVEIRA JUCA:83900560382
Dados: 2023.04.25 11:18:25 -03'00'

Roberta Kelma Peixoto de Oliveira Jucá
Coordenadora Geral do Programa

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO CEARÁ - PROMOJUD
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO N° 5248/OC-BR**

AUDITORIA DO PROJETO

1.3 - Demonstração de Investimentos Acumulados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PROMOJUD

Demonstração de Investimentos Acumulados
Em 31 de dezembro de 2022
Em dólares americanos

Demonstração de Investimentos Acumulados												
Em 31 de dezembro de 2022												
Em dólares americanos												
Categorias de Investimento	Orçamento Vigente			Movimento do Exercício 2022			Acumulado ao final do Exercício 2022			Orçamento a Realizar		
	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL PROJETO
Transformação digital no aprimoramento dos serviços à população – COMP. I	19.020.000	4.755.000	23.775.000	4.549.055	1.651.285	6.200.340	4.549.055	1.651.285	6.200.340	14.470.945	3.103.715	17.574.660
Transformação digital para fortalecimento da governança e da gestão - COMP. II	8.044.000	2.011.000	10.055.000	961.339	291.640	1.252.979	961.339	291.640	1.252.979	7.082.661	1.719.360	8.802.021
Gestão e monitoramento do Promojud – COMP.	936.000	234.000	1.170.000	30.004	0	30.004	30.004	0	30.004	905.996	234.000	1.139.996
TOTAIS	28.000.000	7.000.000	35.000.000	5.540.655	1.942.924	7.483.579	5.540.655	1.942.924	7.483.579	22.459.602	5.057.076	27.516.678

As notas explicativas da Administração anexas são parte integrante das informações financeiras.

MATEUS SOARES
BEZERRA:05990404328

Assinado de forma digital por MATEUS SOARES
BEZERRA:05990404328
Dados: 2023.04.25 09:14:55 -03'00'

Mateus Soares Bezerra
Coordenador Contábil e Financeiro do Programa

ROBERTA KELMA PEIXOTO DE
OLIVEIRA JUCA:83900560382

Assinado de forma digital por ROBERTA
KELMA PEIXOTO DE OLIVEIRA
JUCA:83900560382
Dados: 2023.04.25 11:20:12 -03'00'

Roberta Kelma Peixoto de Oliveira Jucá
Coordenadora Geral do Programa

**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DO CEARÁ - PROMOJUD
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 5248/OC-BR**

AUDITORIA DO PROJETO

1.4 - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Básicas do Projeto



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PROMOJUD

Notas Explicativas da Administradora às informações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em dólares americanos

Sem prejuízo do uso ou da adaptação às circunstâncias das notas julgadas necessárias conforme as sugestões das NICSP - Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público ou NIC/IFRS – Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, a título de ilustração apresentam-se a seguir os assuntos comumente tratados nas notas, sem que estas constituam uma relação exhaustiva ou impliquem sua aplicação em todos os casos.

Esclarecemos que as Informações financeiras e contábeis são extraídas automaticamente do Sistema SiafeCE (Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará).

1. Descrição do Programa

O Governo do Estado do Ceará, por meio da celebração do Contrato nº 5248/OC-BR, aderiu a linha de crédito do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, com o objetivo de instituir e fomentar o Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PROMOJUD.

O custo total do Programa é de **US\$ 35.000.0000,00** (trinta e cinco milhões de dólares) sendo **US\$ 28.000.000,00** (vinte e oito milhões de dólares) financiados pelo BID e **US\$ 7.000.000,00** (sete milhões de dólares) referentes à contrapartida do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

O objetivo geral do PROMOJUD é avançar na implementação da transformação digital do Poder Judiciário do Ceará para aumentar sua eficiência e a satisfação dos usuários. Os objetivos específicos são: (i) melhorar a produtividade na prestação de serviços do TJCE; e (ii) melhorar a efetividade da gestão do TJCE.

Para atingir o objetivo indicado, o Programa financiará atividades em torno dos seguintes componentes:

Componente I. Transformação digital para a melhoria dos serviços

O objetivo deste componente é melhorar o atendimento ao cidadão, tornando-o mais rápido e acessível, com ampliação e melhoria dos serviços digitais. Será financiado apoio para, entre outros: (i) otimizar e automatizar processos, tanto judiciais como de gestão; (ii) melhorar a infraestrutura tecnológica, incluindo renovação de equipamentos e migração para a nuvem; (iii) instalar um SOC apoiando a implementação da lei geral de proteção de dados pessoais; (iv) implementar inovações para a melhoria do atendimento ao cidadão; (v) implementar inovações em inteligência artificial para um processo judicial célere e cognitivo; e (vi) subprojetos para promover a igualdade de gênero nos serviços de justiça.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PROMOJUD

Notas Explicativas da Administradora às informações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em dólares americanos

Componente II. Transformação digital para fortalecer a governança e a gestão

O objetivo desse componente é melhorar a eficiência e efetividade da gestão do TJCE. Será financiado apoio para, entre outros: (i) fortalecer a governança e a gestão estratégica, incluindo uma melhoria do modelo de gestão, fortalecimento do laboratório de inovação e aprimoramento de processos administrativos; (ii) melhorar a gestão orçamentária e financeira, incluindo o fortalecimento dos sistemas para gestão da receita e gestão financeira do TJCE; (iii) implementar a gestão de custos para aumentar a eficiência; (iv) implementar um modelo de gestão de qualidade, com um esquema de certificação para as unidades judiciárias e administrativas do TJCE em todo o Estado do Ceará; (v) melhorar as habilidades digitais do capital humano, incluindo redesenho de perfis e competências, planejamento da força de trabalho e capacitação, bem como gestão das mudanças; e (vi) implementar programa de fortalecimento de lideranças femininas, com foco tanto em juízas como em servidoras públicas.

Componente III. Administração do Programa (administração, auditoria e avaliação)

As ações deste componente são relacionadas à administração, auditoria e avaliação do programa.

Custo e Financiamento (em US\$)

CATEGORIAS	BANCO	CONTRAPARTIDA	TOTAL
	BID	LOCAL	TOTAL
Transformação digital no aprimoramento dos serviços à população – COMP. I	19.020.000,00	4.755.000,00	23.775.000,00
Transformação digital para fortalecimento da governança e da gestão - COMP. II	8.044.000,00	2.011.000,00	10.055.000,00
Gestão e monitoramento do Promojud – COMP. III	936.000,00	234.000,00	1.170.000,00
Total	28.000.000,00	7.000.000,00	35.000.000,00



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PROMOJUD

Notas Explicativas da Administradora às informações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em dólares americanos

As condições do financiamento contratado são as seguintes:

Mutuário	Estado do Ceará - CE
Fiador	República Federativa do Brasil
Executor	Poder Judiciário do Estado do Ceará
Valor do financiamento	US\$ 28.000.000,00
Valor da contrapartida local	US\$ 7.000.000,00
Valor do Programa	US\$ 35.000.000,00
Data da assinatura do contrato	29 de dezembro de 2021
Prazo de execução	5 (cinco) anos
Prazo de amortização	15,06 (quinze vírgula zero seis) anos
Carência	15 de julho de 2027
Taxa de juros	Variável (Baseada na SOFR) ¹

¹ A descontinuidade da taxa Libor para a nova taxa de referência SOFR (*Secured Overnight Financing Rate*) foi aplicada a partir de 2022 por resultado de acordo entre o BID e o Governo Federal (STN, PGFN). A determinação dessa substituição ocorre para todos os empréstimos do Banco, em que se encontra consoante com as práticas de mercado e com as determinações dos órgãos reguladores do mercado financeiro nos Estados Unidos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PROMOJUD

Notas Explicativas da Administradora às informações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em dólares americanos

2. Principais Políticas Contábeis

2.1. Base de Contabilidade de recebimentos e pagamentos

As informações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de recebimentos e pagamentos, registrando-se as receitas quando do recebimento dos fundos (recursos) e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro (caixa/desembolsos) ou apropriando-as ao período de reembolso correspondente. Esta prática contábil difere das NICSP, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo “*IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa*”.

2.2. Unidade Monetária

Os registros do Programa são feitos em moeda local (Reais) e em dólares americanos e apresentados de acordo com cada Demonstrativo.

Os registros do Programa são elaborados na moeda local. Entretanto, para fins de apresentação ao Banco, os valores são convertidos para a moeda de financiamento, e o método de conversão utilizado e a taxa de câmbio acordada entre o Banco e o Órgão Executor estão conforme a cláusula 3.03 das Disposições Especiais, obedecendo aos critérios do artigo 4.10 do Capítulo I das Normas Gerais do Contrato de Empréstimo, descritos abaixo.

ARTIGO 4.10 das Normas Gerais - Taxa de Câmbio.

- (a) O Mutuário se compromete a justificar ou, conforme o caso, a que o Órgão Executor justifique as despesas efetuadas a débito do Empréstimo ou da Contrapartida Local, expressando tais despesas na moeda de denominação do respectivo desembolso ou na Moeda de Aprovação.
- (b) A fim de determinar a equivalência de uma Despesa Elegível efetuado em Moeda Local do país do Mutuário na moeda em que se realizem os desembolsos ou na Moeda de Aprovação, para os efeitos da prestação de contas e da justificativa de despesas, qualquer que seja a fonte de financiamento da Despesa Elegível, será utilizada uma das seguintes taxas de câmbio, conforme estabelecido nas Disposições Especiais:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PROMOJUD

Notas Explicativas da Administradora às informações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em dólares americanos

(i) **A taxa de câmbio efetiva na data de conversão da Moeda de Aprovação ou moeda do desembolso na Moeda Local do país do Mutuário (taxa de internalização);**
ou

(ii) A taxa de câmbio efetiva na data de pagamento da despesa na Moeda Local do país do Mutuário.

CLÁUSULA 3.03 das Disposições Especiais - Taxa de câmbio para justificar despesas realizadas em Moeda Local do país do Mutuário.

Para efeitos do disposto no Artigo 4.10 das Normas Gerais, as Partes acordam que a taxa de câmbio aplicável será a indicada no inciso (b)(i) do referido Artigo. **Para efeitos de determinar a equivalência de despesas incorridas em Moeda Local a débito da Contrapartida Local ou do reembolso de despesas a débito do Empréstimo, a taxa de câmbio acordada será a taxa de câmbio de compra fixada pelo Banco Central do Brasil no dia anterior à data efetiva da apresentação da solicitação de reembolso ao Banco.**

Os demonstrativos financeiros evidenciam que as despesas incorridas em Moeda Local, tanto as despesas de Contrapartida como as do reembolso de despesas por parte do Empréstimo, foram registradas aplicando-se a taxa de câmbio *PTAX de compra* do Banco Central do Brasil do dia anterior à solicitação de desembolso, para indicar o valor equivalente na Moeda de Aprovação.

3. Fundos Disponíveis

Os fundos disponíveis em 31 de dezembro de 2022 estão depositados nas contas bancárias do Programa e incluem as receitas geradas por juros, conforme abaixo evidenciado:

Contas	Reais	Câmbio	Dólares
Caixa Econômica Federal – Conta nº 71891-8 (Certificado de Depósito Bancário – CDB)	964.426	5,1390	187.668
Caixa Econômica Federal – Conta nº 71891-8 (Conta corrente)	250	5,1390	48
TOTAL	964.676	5,1390	187.716



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PROMOJUD

Notas Explicativas da Administradora às informações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em dólares americanos

O total de fundo disponível durante o ano de 2022 foi de US\$ 7.671.295,76, que pode ser constatado pelo quadro abaixo:

Desembolsos BID no exercício de 2022 (em US\$)	
FONTE	2022
BID - Desembolso - 1º Reembolso	2.450.768,57
BID - Desembolso - 2º Reembolso	627.056,68
BID - Desembolso - 1º Adiantamento	1.767.470,23
BID - Desembolso - 3º Reembolso	799.621,07
(1) Subtotal BID	5.644.916,55
Fundo Disponível durante 2022 por Fonte de Recurso (em US\$)	
FONTE	2022
BID – Saldo em Caixa fim de ano anterior	0,00
BID – Desembolso – 1º Reembolso	2.450.768,57
BID – Desembolso – 2º Reembolso	627.056,68
BID – Desembolso – 1º Adiantamento	1.767.470,23
BID – Desembolso – 3º Reembolso	799.621,07
BID - Rend. Aplicações Financeiras ano corrente	0,00
(1) Subtotal BID	5.644.916,55
CONTRAPARTIDA – Desembolso Local	1.942.924,38
CONTRAPARTIDA – Rend. Aplicações Financeiras ano corrente	83.454,83
(2) Subtotal CONTRA PARTIDA	2.026.379,21
Total (= 1 + 2)	7.671.295,76



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PROMOJUD

Notas Explicativas da Administradora às informações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em dólares americanos

O Demonstrativo de Fluxo de Caixa evidencia o saldo total disponível em 31 de dezembro de 2022, isto é, disponível na conta bancária nº 71891-8, na Caixa Econômica Federal, que representa o montante de US\$ 187.716,82, conforme a tabela abaixo.

Fundo Disponível ao final de 2022 (em US\$) *

DEMONSTRATIVO	2022
Demonstrativo Fluxo de Caixa	
Saldo Disponível de Recurso Adiantado pelo BID	104.262
Demonstrativo Fluxo de Caixa	
Saldo Disponível de Rendimento de Aplicações	83.455
Demonstrativo Fluxo de Caixa	
Saldo Disponível de Recurso Adiantado pelo BID + Rendimento de Aplicações	187.717

Salienta-se que os rendimentos de aplicações financeiras são mantidos na conta bancária do Programa.

Vale ressaltar que os recursos foram aplicados em Certificados de Depósitos Bancários indexados pela variação de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e podem ser resgatados imediatamente em um montante conhecido de caixa sem penalidade de juros, e estando sujeito a um insignificante risco de mudança de valor.

4. Adiantamentos e justificativas

Conforme informado na Nota 03, que trata dos fundos disponíveis, e ilustrado novamente a seguir na tabela “Adiantamentos BID durante o exercício de 2022” o total de adiantamento BID realizado no ano de 2022 foi de US\$ 1.767.470,23

Adiantamento BID durante o exercício de 2022 (em US\$)

	2022
Saldo de adiantamentos no início do período	-
Adiantamento recebido	1.767.470,23
Total de Adiantamento BID	1.767.470,23
(-) Pagamentos por bens e serviços pendentes de comprovação ou justificativa ao Banco	1.663.208,24
(=) Saldo de adiantamentos no encerramento do exercício	104.261,99



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PROMOJUD

Notas Explicativas da Administradora às informações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em dólares americanos

5. Adiantamentos pendentes de justificativas

Em 31 de dezembro de 2022, o total de pagamentos BID pendentes de justificativa foi de US\$ 1.767.470,23, o qual já foi objeto de justificação de gastos por meio da Solicitação nº 5 – 1ª Justificativa de Gastos, enviada em 20 de janeiro de 2023, para o BID. Nessa prestação de contas, o Tribunal de Justiça apresentou a prestação de contas de gastos no montante de US\$ 1.663.552,37 (um milhão, seiscentos e sessenta e três mil, quinhentos e cinquenta e dois dólares americanos e trinta e sete centavos), o que representou 94,12% do total adiantado pelo Banco, restando US\$ 103.917,86 (cento e três mil, novecentos e dezessete dólares e oitenta e seis centavos) a serem justificados.

Pagamento pendente de justificativa – Por Solicitação de Desembolso (em US\$)

	2022	2021
Solicitação de Desembolso nº 3 – 1º Adiantamento de Fundos	US\$ 1.767.470,23	0,00
Total	US\$ 1.767.470,23	0,00

Conforme mostrado abaixo, o mesmo resultado por itens do Demonstrativo Fluxo de Caixa.

Pagamento pendente de justificativa – Por itens no DFC (em US\$)*

FONTE BID	2022
Saldo disponível no fim de ano anterior	-
(+) Desembolso BID no ano	5.644.917
Fundo Disponível BID (I)	5.644.917
Justificativa de Desembolso (II)	3.877.446
Saldo Disponível no fim do ano (III)	104.262
TOTAL (=I-II-III)	1.663.208

O referido valor encontra-se ajustado na tabela acima e no item do Demonstrativo Fluxo de Caixa em relação ao montante justificado apontado anteriormente, de US\$ 1.663.552,37, tendo em vista a inclusão de quatro pagamentos realizados em janeiro de 2023, especificamente as ordens bancárias nº 2023OB000025, 2023OB000026, 2023OB000027 e 2023OB000028 nos valores, respectivamente, de US\$ 151.70, US\$ 151.70, US\$ 151.70 e US\$ 145.9. Também foi necessário o ajuste relativo ao pagamento realizado incorretamente, conforme consta na aba “Conciliação de Recursos” da Solicitação nº 5, no valor de US\$ 256.86, bem como ao montante de US\$ 0.02, relativo a bloqueio judicial realizado na conta Operativa.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PROMOJUD

Notas Explicativas da Administradora às informações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em dólares americanos

6. Fundos de Contrapartida Nacional

O Poder Judiciário do Estado do Ceará assumiu o compromisso de contribuir com a importância de US\$ 7.000.000,00 (sete milhões de dólares), como contrapartida Local.

Até 31 de dezembro de 2022, o Poder Judiciário havia contribuído com a importância de US\$ 1.942.924,38 (um milhão, novecentos e quarenta e dois mil, novecentos e vinte e quatro e trinta e oito centavos), o equivalente a 27,75% do total orçado.

Total de Contrapartida Local em 2022 (em US\$)

	TOTAL	%Planejado
(+) Contrapartida em 2022	1.942.924,38	27,75
Total Contrapartida Fim 2022	1.942.924,38	27,75

7. Recursos recebidos no exercício de 2022

Os demonstrativos financeiros de 2022 revelam os montantes recebidos no exercício e os respectivos desembolsos.

Durante o exercício de 2022, o BID desembolsou US\$ 5.644.916,55 (cinco milhões, seiscentos e quarenta e quatro mil, novecentos e dezesseis dólares e cinquenta e cinco centavos) referente aos 1º, 2º e 3º Reembolsos e ao 1º Adiantamento, conforme tabela abaixo:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PROMOJUD

Notas Explicativas da Administradora às informações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em dólares americanos

Desembolsos BID no exercício de 2022 (em US\$)

FONTE	2022
BID - Desembolso - 1º Reembolso	2.450.768,57
BID - Desembolso - 2º Reembolso	627.056,68
BID - Desembolso - 1º Adiantamento	1.767.470,23
BID - Desembolso - 3º Reembolso	799.621,07
(1) Subtotal BID	5.644.916,55

De acordo com o disposto na Cláusula 3.02 das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo nº 5248/OC-BR, as despesas que “sejam necessárias para o Programa e estejam em consonância com os objetivos do mesmo” e “que sejam adequadamente registradas e respaldadas nos sistemas do Mutuário ou do Órgão Executor” poderão ser reconhecidas pelo Banco como Despesas Elegíveis desde que tenham sido efetuadas entre 23 de setembro de 2020 e 7 de abril de 2021. No que diz respeito às despesas realizadas após esta data, serão consideradas elegíveis desde que preencham os requisitos anteriormente mencionados e “que sejam efetuadas de acordo com as disposições deste Contrato e as políticas do Banco”.

Nesse contexto, foram executadas despesas constantes no escopo do Programa de Modernização do Poder Judiciário no período compreendido entre 23 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, as quais foram objeto da Solicitação de Desembolso nº 1 – 1º Pedido de Reembolso, no montante de US\$ 2.450.768,57 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil, setecentos e sessenta e oito dólares e cinquenta e sete centavos), cuja internalização foi liquidada em 13/06/2022, a uma taxa cambial de R\$ 4,8940, por meio da mesa de câmbio da Caixa Econômica Federal.

Ademais, foram objeto da Solicitação de Desembolso nº 2 – 2º Pedido de Reembolso despesas elegíveis realizadas entre 1º de janeiro de 2022 e 13 de maio de 2022, a qual representou o montante de US\$ 627.056,68 (seiscentos e vinte e sete mil e cinquenta e seis dólares e sessenta e oito centavos), cuja internalização foi liquidada em 22/06/2022, a uma taxa cambial de R\$ 5,1710, por meio da mesa de câmbio da Caixa Econômica Federal.

Após as duas solicitações de reembolso, foi requerida a 3ª Solicitação de Desembolso – 1º Adiantamento de Fundos, no montante de US\$ 1.767.470,23 (um milhão, setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e setenta dólares e vinte e três centavos), que contemplavam despesas previstas no Plano Financeiro do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PROMOJUD

Notas Explicativas da Administradora às informações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em dólares americanos

Programa para os meses subsequentes. A internalização desses recursos foi liquidada em 23/06/2022, a uma taxa de câmbio de R\$ 5,1390 por meio da mesa de câmbio da Caixa Econômica Federal.

Outrossim, tendo em vista aos procedimentos necessários para operacionalizar a Conta Operativa do Programa para realização de pagamentos na fonte orçamentária correta, apenas no mês de agosto, os recursos do adiantamento de fundos passaram a ser utilizados para o pagamento das despesas elegíveis do Programa. Dessa forma, no período compreendido entre 13 de maio até esta data, foram realizados gastos que foram objeto da Solicitação de Desembolso nº 4 – 3º Pedido de Reembolso, no montante de US\$ 799.621,07 (setecentos e noventa e nove mil, seiscentos e vinte e um dólares e sete centavos), cuja internalização foi liquidada em 18/10/2022, a uma taxa cambial de R\$ 5,2940, por meio da mesa de câmbio da Caixa Econômica Federal.

Quanto ao total de justificativas apresentadas ao BID dos pagamentos de 2022, a tabela abaixo detalha o valor de US\$ 3.877.446,32 evidenciado no Fluxo de Caixa 2022, relativos às Solicitações de Desembolso nº 1, 2 e 4:

Justificativas de Desembolso apresentadas ao BID em 2022 conforme Relatório (em US\$)

	TOTAL
Solicitação de Desembolso nº 1 – 1º Reembolso	2.450.768,57
Solicitação de Desembolso nº 2 – 2º Reembolso	627.056,68
Solicitação de Desembolso nº 4 – 3º Reembolso	799.621,07
Total de Justificativas de Desembolsos:	3.877.446,32

O saldo de adiantamento BID disponível na conta bancária em 31 de dezembro de 2022 é detalhado na tabela seguinte a partir do total de recursos recebidos apresentado no Demonstrativo Fluxo de Caixa – DFC 2022 – conforme se segue.

Saldo de Adiantamento disponível BID fim de 2022 pelo DFC ² (em US\$)

	2022
Total Recursos Recebidos registrados DFC	5.644.916,55
(-) Total de Reembolso recebidos	3.877.446,32
Total Adiantamentos Recebidos	1.767.470,23
(-) Total de Adiantamento justificado	0,00
(-) Total de Adiantamento pendente de justificativa	1.663.208,24
Saldo de Adiantamento BID disponível	104.261,99

² DFC – Demonstrativo Fluxo de Caixa => apresenta o saldo disponível na conta bancária dos adiantamentos BID em 31/12.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PROMOJUD

Notas Explicativas da Administradora às informações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em dólares americanos

Para se ter a comparação com o saldo registrado no sistema do BID, basta acrescentar ao saldo disponível o valor dos pagamentos pendentes de justificativas, isto é, pagamentos em que já se utilizou recursos do adiantamento, mas ainda não haviam sido prestado contas ao final do exercício, pois, conforme relatado, a justificação de gastos apenas foi apresentada em janeiro de 2023.

Saldo de Adiantamento disponível BID fim de 2022 pelo OPS1³ (em US\$)*

	2022
Saldo de adiantamentos no fim do exercício no DFC	104.261,99
(+) Total de Pagamentos pendentes de justificativa	1.663.208,24
Saldo disponível BID fim de ano pelo OPS1	1.767.470,23

8. Ajustes de períodos anteriores

Não foram registrados ajustes de períodos anteriores.

9. Aquisição de Bens e Serviços

Todas as aquisições são realizadas nas modalidades previstas no Contrato de Empréstimo nº 5248/OC-BR, definidas na Cláusula 4.03 das disposições especiais – contratação de obras e serviços diferentes de consultoria e aquisição de bens e na Cláusula 4.04 – seleção e contratação de serviços de consultoria.

Os ativos estão inventariados e constam de relatório da unidade responsável pelo almoxarifado.

Os bens adquiridos e os serviços prestados com recursos do Programa são recebidos, conforme comprovantes de recebimento firmados pelas áreas de negócio, e encontram-se apensos a cada processo de pagamento.

³ OPS1 – *Operational and Financial Executive Summary* => apresenta o saldo disponível dos adiantamentos BID em 31/12 nos sistemas de registros do BID, ou seja, menos os pendentes de justificativas. O OPS1 fica disponível para o Órgão Executor pela Extranet-BID.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PROMOJUD

Notas Explicativas da Administradora às informações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em dólares americanos

10. Categorias de Investimentos ⁴

O Demonstrativo de Investimentos Acumulados revela os saldos dos investimentos no projeto por componente e por fonte de financiamento, no início de cada exercício reportado, os movimentos ocorridos durante o exercício e os acumulados ao final do exercício.

O movimento do exercício 2022 constante no demonstrativo e os acumulados ao final de 2022 encontram-se destacados na tabela seguinte:

Movimento do Exercício 2022 e acumulados até o fim de 2022 (em US\$) *

Categorias de Investimento	Acumulado ao final do Exercício 2022		
	BID	LOCAL	TOTAL
Transformação digital no aprimoramento dos serviços à população – COMP. I	4.549.055	1.651.285	6.200.340
Transformação digital para fortalecimento da governança e da gestão - COMP. II	961.339	291.640	1.252.979
Gestão e monitoramento do Promojud – COMP. III	30.004	0	30.004
TOTAIS	5.540.655	1.942.924	7.483.579

11. Desembolsos efetuados

O total de recursos desembolsados pelo BID até 31 de dezembro de 2022 é de US\$ 5.644.916,55. Este valor, registrado no campo Recursos Recebidos – BID, da Demonstração de Fluxo de Caixa, é equivalente ao registrado no sumário contábil do BID (OPS).

⁴ Conforme “Instrutivos de Relatórios Financeiros Auditados e Gestão de Auditoria Externa” - maio 2017 -, o conceito de investimentos, no escopo desse instrutivo, inclui, em geral, a denominação das contas nas quais foram registrados os conceitos de uso dos recursos. Por conseguinte, contabilmente pode referir-se a obras em curso ou concluídas, ativos adquiridos e outros gastos que não necessariamente estejam representados em ativos ou bens tangíveis. Por exemplo: gastos com capacitação de consultores, despesas de funcionamento do Órgão Executor, etc .



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PROMOJUD

Notas Explicativas da Administradora às informações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em dólares americanos

DEMONSTRATIVO DE DESEMBOLSOS				
Exercício findo em 31/12/2022 (em US Dólares)				
SOLICITAÇÃO Nº	DATA DO DESEMBOLSO (VALUE DATE)	TIPO DE DESEMBOLSO	VALOR - USD	%
001	17/05/22	RF	2.450.768,57	8,75
002	17/05/22	RF	627.056,68	2,24
003	17/05/22	AF	1.767.470,23	6,31
004	30/09/22	RF	799.621,07	2,86
TOTAL DOS DESEMBOLSOS			5.644.916,55	20,16
VALOR DO EMPRÉSTIMO			28.000.000,00	100,00
			SALDO A DESEMBOLSAR	
			22.355.083,45	79,84

AD – Adiantamento de Recursos

PDF – Pagamento Direto ao Fornecedor

RF – Reembolso de Recursos

12. Conciliação entre a Demonstração de Fluxo de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados

DESCRIÇÃO	BID	LOCAL	TOTAL
Demonstração de Fluxos de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	5.540.655	1.942.924	7.483.579
Demonstrativo de Investimentos	5.540.655	1.942.924	7.483.579
Diferença	0,00	0,00	0,00



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PROMOJUD

Notas Explicativas da Administradora às informações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em dólares americanos

13. Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID

Categorias de Inversão	Demonstração de Investimentos	OPS - Operacional and Financial Executive Summary	Diferença
Componente 1 Transformação digital para a melhoria de serviços.	4.549.955	3.213.882	1.336.073
Componente 2. Transformação digital para fortalecer a governança e a gestão	961.338	663.564	297.774
Componente 3. Monitoramento, Avaliação e Administração do Programa	30.004	0	30.004
Total	5.540.655	3.877.446	1.663.208

A diferença acima, no montante de R\$ 1.663.208 se refere a Pagamentos pendentes de comprovação ao Banco.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PROMOJUD

Notas Explicativas da Administradora às informações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em dólares americanos

14. Conciliação do Passivo a favor do BID

Situação em 31 de dezembro de 2022, em dólares:

1. PASSIVO A FAVOR DO BID (1.1+1.2)	5.644.916
1.1 VALORES JUSTIFICADOS E DESEMBOLSADOS	3.877.446
1.2 ADIANTAMENTOS - LMS-1 (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.767.470
1.2.1 SALDO DA CONTA	104.262
1.2.2 JUSTIFICATIVAS PENDENTES DE REGISTRO	
1.2.3 FUNDOS UTILIZADOS PENDENTES DE JUSTIFICATIVA	1.663.208
1.2.4 DIFERENÇA CONCILIADA	
2. SALDO DISPONÍVEL DO EMPRÉSTIMO - LMS-1	22.355.084
3. SUBTOTAL (1+2)	28.000.000
4. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: APROVADO ORIGINAL	28.000.000
5. DIFERENÇA (3-4)	-



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

Programa de Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará – PROMOJUD

Notas Explicativas da Administradora às informações financeiras
Em 31 de dezembro de 2022
Em dólares americanos

15. Conciliação da Conta Especial e Saldo de Recursos a aplicar

1. SALDO DISPONÍVEL DO FUNDO ROTATIVO OU ADIANTAMENTOS	187.717
1.1 SALDO DISPONÍVEL NA CONTA INVESTIMENTO	187.668
1.2 SALDO DISPONÍVEL NA CONTA CORRENTE	49
2. GASTOS OU PAGAMENTOS PENDENTES DE APRESENTAÇÃO AO BID	1.663.208
3. TOTAL DO FUNDO ROTATIVO OU DE ADIANTAMENTOS PENDENTES DE APRESENTAÇÃO AO BID (1+2)	1.850.925
4. SALDO DO FUNDO ROTATIVO OU ADIANTAMENTOS SEGUNDO A CONTABILIDADE DO BID (-)	1.767.470
5. DIFERENÇAS (4-3)	(83.455)
5.1 RENDIMENTOS AUFERIDOS NO PERÍODO	(83.455)

16. Contingências

Não foram identificadas contingências passíveis de provisionamento em 31 de dezembro de 2022.

17. Eventos subsequentes

Não se verificaram eventos subsequentes ao encerramento do exercício que pudessem ter impacto sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

18. Situações dos ajustes originados e opiniões diferentes do padrão por parte dos Auditores Independentes no ano ou períodos anteriores.

Não há. Trata-se da primeira auditoria.

MATEUS SOARES
BEZERRA:05990404328

Assinado de forma digital por MATEUS SOARES
BEZERRA:05990404328
Data: 2023.04.25 09:15:52 -03'00'

Mateus Soares Bezerra
Coordenador Contábil e Financeiro do Programa

ROBERTA KELMA PEIXOTO DE
OLIVEIRA JUCA:83900560382

Assinado de forma digital por ROBERTA KELMA
PEIXOTO DE OLIVEIRA JUCA:83900560382
Data: 2023.04.25 11:22:22 -03'00'

Roberta Kelma Peixoto de Oliveira Jucá
Coordenadora Geral do Programa

* * *